



DESIGUALDADES ENTRE MULHERES E HOMENS NO MERCADO DE TRABALHO NORDESTINO NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000

João Bertoni Neto

Universidade Federal da Paraíba

Ivan Targino

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a participação feminina no mercado de trabalho na região Nordeste, em comparação à participação dos homens. O período selecionado compreende as décadas de 1990 e 2000, destacando dois subperíodos: 1992-1999 e 2001-2009. Para essa análise, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 1992, 1999, 2001 e 2009. A análise dos dados permite constatar que a participação da mulher no mercado de trabalho nessa região é marcada tanto por progressos quanto por atrasos. Ainda que apresente resultados positivos em certos indicadores, os diferenciais entre homens e mulheres nas relações laborais ainda são significativos na região.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Gênero. Mulheres. Nordeste.

ABSTRACT

This article aims to analyze women's participation in the labor market in the Northeast, compared to male participation. The selected period covers the 1990s and 2000, highlighting two subperiods: 1992-1999 and 2001-2009. For this analysis, we used data from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) of 1992, 1999, 2001 and 2009. The data analysis demonstrates that the participation of women in the labor market in this region is marked by both progress and for delays. Whilst providing positive results in certain indicators, the differences between men and women in labor relations are still significant in the region.

Keywords: Labour Market. Gender. Women. Northeast.

INTRODUÇÃO

Nos anos recentes, pode-se notar o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2009, cerca de 47,45% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil era composta por mulheres, enquanto que, em 1992, era de 40,98%. Já a População Ocupada (PO), passou de 40,29% de pessoas do sexo feminino, em 92, para 45,85%, em 09 (PNAD, 2009).

No entanto, ainda que crescente a força de trabalho feminina, as mulheres ainda enfrentam discriminações de gênero nas relações laborais e também segregação ocupacional. De acordo com Cambota e Pontes (2007), a discriminação ocorre quando homens e mulheres são igualmente produtivos e estão alocados em ocupações de mesma produtividade, mas recebem rendimentos distintos. No caso da segregação ocupacional, embora homens e mulheres sejam igualmente capacitados, os homens possuem mais chances de ocupar empregos de maior remuneração.

Segundo os autores, no Brasil, existe uma tendência de homens e mulheres trabalharem em setores diferentes da economia e, normalmente, as mulheres tendem a ser empregadas em um conjunto mais limitado de ocupações, indicando a existência de segregação ocupacional.

De acordo com Bruschini (2007), a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro é marcada tanto por progressos quanto por atrasos. De um lado, desde os anos 70 a participação feminina nesse mercado segue em crescimento e as mulheres vêm ocupando bons empregos e aumentando a escolaridade; porém, por outro lado, elas enfrentam altas taxas de desemprego e ocupações de baixa qualidade em atividades precárias e informais.

Outra mudança destacada pela autora no perfil das trabalhadoras, é que antes elas eram mais novas, solteiras e sem filhos; agora, mais velhas, casadas e com filhos. Esse fato indica que muitas mulheres tenham que encarar dupla jornada de trabalho: a participação na atividade econômica e nos afazeres domésticos.

Todavia, devido à grande extensão territorial do Brasil e suas diferenças socioeconômicas regionais, essa mudança no mercado de trabalho brasileiro não se dá de forma homogênea. Portanto, a partir da situação conferida anteriormente, este estudo tem como objetivo analisar a participação feminina no mercado de trabalho no Nordeste, em comparação à participação dos homens. O período selecionado compreende as décadas de 1990 e 2000, destacando dois sub-períodos: 1991-1999 e 2001-2009.

A justificativa de se abordar o Nordeste está respaldada no fato desta região apresentar indicadores socioeconômicos desfavoráveis em relação às áreas mais dinâmicas do Brasil. Assim, mudanças que afetem positivamente o mercado de

trabalho do país como um todo, podem apresentar resultados adversos para a região Nordeste, e é isso que esse artigo busca abordar. Para isso, não se busca aqui comparar dados do Brasil com dados referentes ao Nordeste, mas sim tratar de como mudanças ocorridas a nível nacional afetam o mercado de trabalho dessa região.

Para isto, esse trabalho está organizado em quatro partes. Após esta introdução, na segunda parte, revisa-se a literatura sobre a evolução do trabalho feminino no Brasil. A terceira parte trata do mercado de trabalho nordestino nas décadas de 1990 e 2000, destacando as características da força de trabalho feminina vis-à-vis à masculina, através da exposição de dados referentes à população ocupada dessa região. Na quarta parte são apresentadas as conclusões.

TRABALHO FEMININO NO BRASIL: antecedentes e o debate atual

Segundo Lewin (1980), a participação da mulher na força de trabalho se deu de acordo com a evolução das características socioeconômicas do país. Enquanto que no período anterior à industrialização havia uma maior participação feminina na produção econômica devido à presença das mulheres nas atividades familiares, como agricultura, pequenos comércios e empresas manufatureiras, a partir do desenvolvimento das atividades capitalistas, e conseqüente redução das atividades familiares há uma diminuição da mão-obra feminina, visto que essas ocupações eram de certa forma, subsidiárias do trabalho masculino.

Com a população masculina ocupada nas novas atividades industriais, e as oportunidades de trabalho sendo controladas pelo sistema competitivo, as mulheres passam a ser uma força de trabalho de reserva, sendo utilizada quando houver necessidades de diminuir os custos de produção, aumentar o crescimento econômico ou substituir o homem nas ocupações deixadas em aberto quando acontecem mudanças técnico-econômicas nos modos de produção e conseqüente mobilidade ocupacional e social (LEWIN, 1980).

A Tabela 1 apresenta a evolução da participação da PEA feminina no Brasil no período 1872-1970, destacando essa queda da participação da força de trabalho das mulheres quando do crescimento das atividades capitalistas e posterior recuperação nos anos 60 e 70.

De acordo com o Censo de 1970, pela primeira vez a população urbana brasileira supera a população rural, sendo 56,8% da população total do Brasil vivendo nas cidades, ao passo que, em 1960, esse percentual era de 45,1%. Essa crescente urbanização, associada à expansão da economia e crescimento da industrialização nos anos 70 foram responsáveis pela criação de novos postos de trabalho, inclusive para as mulheres. Assim, a participação feminina no mercado de

trabalho se torna mais intensa a partir dos anos 70 (LEWIN, 1980; LEONE, 1999; HOFFMANN e LEONE, 2004).

Tabela 1 – Brasil: Participação da PEA feminina na PEA total (1872-1970)

Anos	% da PEA
1872	45,5
1900	45,3
1920	15,3
1940	15,9
1950	14,7
1960	17,9
1970	21,0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

Além desses fatores como responsáveis pelo crescimento da PEA feminina, há também a busca pela complementação da renda familiar e fatores culturais e sociais como a expansão das expectativas de consumo, queda da taxa de fecundidade e o aumento dos anos de estudo, que gera para as mulheres novas oportunidades de trabalho. Por fim, cabe destacar também a crescente importância do papel social da mulher, ocupando cada vez mais cargos voltados para o trabalho produtivo. Essas mudanças no papel social da mulher se devem aos movimentos feministas do século XX, que propiciaram para elas conquistas como o crescimento das oportunidades educacionais e no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 1994; BRUSCHINI, 1998; ROSADO et al., 2011). De acordo com Oliveira et al. (2009), nos anos 70, surgem os primeiros grupos feministas no Brasil empenhados em lutar pela igualdade de direitos das mulheres.

Segundo Leone e Baltar (2008), a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro segue em crescimento desde a década de 60, e é caracterizado por romper com o modelo de produção baseado no homem como trabalhador assalariado e a mulher como responsável pelas atividades domésticas, sendo excluída da atividade econômica, visto que caso possuísse uma ocupação fora do lar, eram poucos os trabalhos encontrados.

Assim, esses fatores servem não apenas para mostrar o crescimento da mão-de-obra feminina, mas também as mudanças ocorridas no perfil da força de trabalho das mulheres nas últimas décadas.

Já nos anos 80, mesmo com estagnação da economia e conseqüente desestruturação do mercado de trabalho, com quedas das ocupações e crescimento de ocupações precárias, a participação da mão-de-obra feminina na PEA continuou aumentando. Essa estagnação e conseqüente empobrecimento da

população atingiu também a classe média, o que ocasionou no crescimento da PEA feminina, com a busca de serviços por parte das mulheres para complementar a renda familiar. Deste modo, as mulheres que mais aumentaram sua participação no mercado de trabalho foram aquelas pertencentes ao grupo de idade superior aos 25 anos, casadas ou chefes de família e escolarizadas, oriundas de famílias que não possuíam nível de renda muito baixo (LEONE, 1999; HOFFMANN e LEONE, 2004).

De acordo com Bruschini (1994), mesmo diante do contexto de crise econômica e crescimento do desemprego, o aumento da mão-de-obra feminina é, em parte, resultado da consolidação das transformações nos padrões comportamentais. Para a autora, outro motivo importante para o crescimento da PEA feminina nos anos 80 é devido à concentração de trabalhadoras em guetos ocupacionais, uma vez que na década de 80 passa a haver um processo de terceirização das ocupações no mercado de trabalho brasileiro em detrimento das ocupações no setor primário e secundário devido à estagnação da economia.

Visto que a possibilidade de vínculos empregatícios precários no setor terciário é maior, esse contínuo crescimento da força de trabalho feminina mesmo em período de recessão evidencia que as mulheres estão mais sujeitas a ocupar postos de trabalho marcados pela precarização, diminuindo as possibilidades das mulheres conseguirem um emprego de melhor qualidade. Contudo, nem todos os empregos gerados no setor terciário são de baixa qualidade, esse setor passa a ser marcado pela heterogeneidade, apresentando tanto atividades do segmento organizado da economia como também atividades não-organizadas e de baixa produtividade. O destaque no campo das atividades organizadas é para a expansão das ocupações femininas no setor público, comércio, prestação de serviços e atividades administrativas (BRUSCHINI, 1994; BRUSCHINI e LOMBARDI, 1996; GARCIA e CONFORTO, 2005).

A década de 90, marcada por intensificar a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, também se caracterizou por consolidar o crescimento da mão-de-obra feminina. Características importantes no perfil da força de trabalho das mulheres foram se definindo durante os anos 90, como o percentual maior de mulheres com mais anos de escolaridade na PO feminina em relação aos homens na PO masculina, e também o predomínio de mulheres mais velhas no mercado de trabalho (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2002).

A partir de 1999, depois de duas décadas de desestruturação, o mercado de trabalho brasileiro segue em um período de recuperação, marcado pela reestruturação das condições de trabalho. E essa recuperação contribuiu não só para continuar crescente a participação feminina na força de trabalho nos anos 2000, mas também para consolidar a participação efetiva da mulher na atividade econômica, o que pode ser visto através da aproximação da situação de homens e mulheres em distintas atividades. Entretanto, destaca-se que ainda continuam significativas as diferenças por gênero, como o desemprego feminino superior ao

masculino e a grande participação de mulheres no trabalho doméstico (LEONE e BALTAR, 2008). Para os autores, embora as mulheres venham aumentando sua participação no mercado de trabalho, muitas vezes isso implica em dupla jornada de trabalho, visto que elas continuam responsáveis pelos serviços domésticos. Outra característica destacada, é que no Brasil tem crescido a participação de mulheres casadas e com filhos.

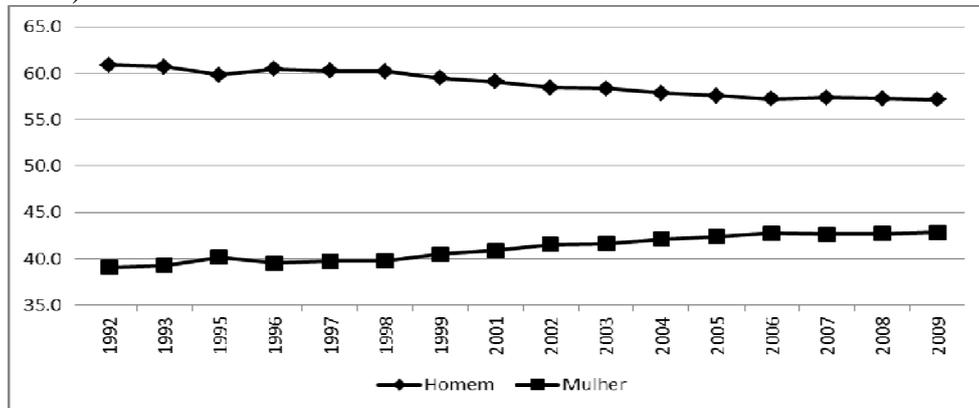
O gráfico 1 exibe a porcentagem de homens e mulheres ocupados no total das ocupações. Como se pode ver, desde o início dos anos 90, sobretudo nos anos 2000, o percentual de mulheres no total das ocupações tem aumentado. Entre os anos de 1992 e 2009, enquanto a percentual de homens ocupados caiu de 60,9% para 57,1%, a porcentagem de mulheres passou de 39,1% para 42,9% do total da PO.

Portanto, cabe destacar que nas últimas décadas a força de trabalho feminina segue em crescimento, independente de a situação econômica estar favorável ou não, porém, ao analisar outros indicadores como a taxa de desemprego e rendimento médio mensal nota-se que as mulheres ainda estão em condições desfavoráveis aos homens.

Em relação à taxa de desemprego (gráfico 2), esse indicador apresentou tendência crescente nos anos 90 e em todo o período a taxa de desemprego para a população feminina foi superior à taxa de desemprego entre os homens. No período 1992-1999, a porcentagem de homens desempregados passou de 5,4% para 7,9%, já para as mulheres a variação foi de 7,9% para 12,1%. Desde 1999, com a reestruturação do mercado de trabalho brasileiro a taxa de desemprego segue em tendência declinante, mas a taxa de desemprego feminina ainda é superior à taxa de desemprego entre os homens; em 2009, o percentual de homens desempregos era de 6,2% ao passo que para as mulheres o percentual era de 11,1%.

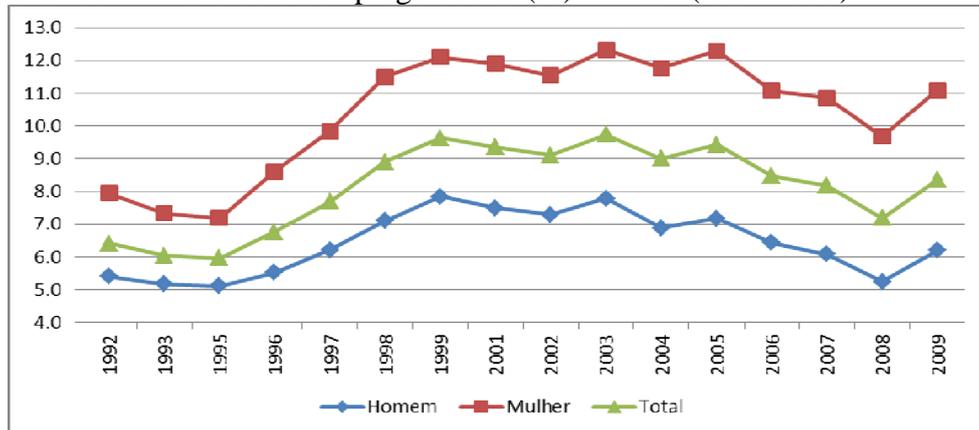
O gráfico 3 exibe o rendimento real médio dos trabalhadores. Pode-se observar que os homens apresentam maiores rendimentos em todo o período, variando de R\$ 915, em 1992, para R\$ 1.155, em 2009, e o rendimento feminino passou de R\$ 473 para R\$ 762 nesse mesmo período.

Gráfico 1 – Percentual de homens e mulheres na PO total – Brasil (1992-2009)



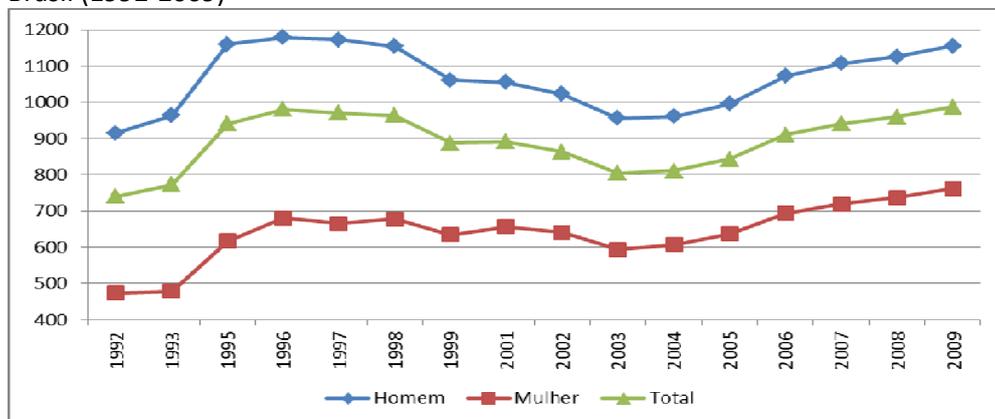
Fonte: IETS (2012)

Gráfico 2 – Taxa de desemprego aberto (%) – Brasil (1992-2009)



Fonte: IETS (2012)

Gráfico 3- Rendimento mensal médio do trabalho principal (em Reais de 2009) – Brasil (1992-2009)



Fonte: IETS (2012)

Em suma, com base na literatura econômica e nos indicadores apresentados, pôde-se fazer um esboço sobre a evolução do trabalho feminino no Brasil. Com isso, observou-se o crescimento das mulheres no mercado de trabalho brasileiro mesmo em períodos de baixo crescimento econômico. Ocorreu também uma mudança no perfil das trabalhadoras, mas as mulheres, ainda, apresentam indicadores desfavoráveis em relação aos homens, como menores rendimentos e maior taxa de desemprego.

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FEMININO NO NORDESTE

Esta parte do trabalho apresenta informações sobre as características do mercado de trabalho feminino no Nordeste, e para isso, os dados utilizados também trarão informações referentes aos trabalhadores masculinos, de modo que possam ser destacadas suas diferenciais ao longo dos anos.

Base de dados e resultados

A base de dados utilizada neste artigo foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1992, 1999, 2001 e 2009. Essa pesquisa é realizada anualmente e tem como objetivo apresentar informações básicas sobre o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. E todos os dados utilizados referem-se às pessoas de dez anos ou mais de idade.

A partir da revisão da literatura específica e da base de dados da pesquisa referida, segue-se a análise dos resultados. Visto que a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro segue em crescimento nas últimas décadas, a tabela 2 apresenta dados referentes ao Nordeste para avaliar a evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho nessa região. Primeiramente, ao observar os dados da PIA, nota-se um maior número de mulheres em relação aos homens em todos os anos selecionados. Quando se observam os dados da PEA é possível ver uma queda na participação de pessoas do sexo masculino, ainda que seja maior a participação dos homens em todo o período. Por fim, os valores referentes à PO mostram também a maior quantidade de homens, que apresentou em torno de 60% da PO durante o período, e as mulheres em cerca de 40%.

Conforme já citado, fatores sociais, econômicos e culturais – como a queda na fecundidade, necessidade de complementação da renda familiar e movimentos feministas que alteraram o papel social das mulheres, deixando cada vez mais o trabalho de dona-de-casa e partindo para o trabalho remunerado – foram responsáveis por esse crescimento da força de trabalho feminina (BRUSCHINI, 1994; BRUSCHINI, 1998; BRUSCHINI, 2007).

Tabela 2 – PIA, PEA e PO – Nordeste

	1992	1999	2001	2009
PIA	32.345.561	36.596.546	38.461.233	44.827.332
Homens (%)	48,04	48,46	48,30	48,18
Mulheres (%)	51,96	51,54	51,70	51,82
PEA	19.829.784	22.344.532	22.672.652	26.735.114
Homens (%)	60,32	58,78	59,07	57,68
Mulheres (%)	39,68	41,22	40,93	42,32
PO	18.606.509	20.558.387	20.693.269	24.366.640
Homens (%)	60,93	59,65	60,24	59,16
Mulheres (%)	39,07	40,35	39,76	40,84

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad (1992, 1999, 2001 e 2009)

De acordo com Hoffmann e Leone (2004), o aumento da força de trabalho feminina, principalmente as mulheres não muito jovens, foi o fator responsável pelo crescimento da PEA no Brasil na década de 90. No Nordeste, pode-se ver essa mudança através dos dados da tabela 2, com crescimento absoluto da PEA total e maior participação de mulheres e redução da parcela masculina.

A tabela 3 mostra a evolução da taxa de desemprego aberto no Nordeste para homens e mulheres. A década de 90 foi marcada por intensificar a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, iniciada nos anos 80; e há um movimento de desassalariamento – diminuição dos empregos assalariados no total das ocupações – devido à redução dos assalariados com registro e crescimento do desemprego e das ocupações não-organizadas. Empregos assalariados com carteira foram gerados, no entanto com taxas reduzidas, incapazes de compensar as perdas no emprego formal. (POCHMANN, 2002). Segundo o autor, passou a haver um grande crescimento do setor terciário, aumento do desemprego, precarização das ocupações geradas e o país deixou de expandir o nível de assalariamento dos trabalhadores.

No Nordeste, esse fato não foi diferente, apresentando crescimento do desemprego, que passou de 6,17% da PEA, em 1992, para 7,99%, em 1999. Enquanto a taxa de desemprego masculina passou de 5,23% para 6,63%, o desemprego entre as mulheres foi maior, aumentando de 7,6%, em 92, para 9,93%, em 99.

No período 2001-2009, já na fase de reestruturação do mercado de trabalho brasileiro iniciada em 99, o desemprego total na região Nordeste apresentou um pequeno aumento de 8,73%, em 2001, para 8,86%, em 2009. Analisando

separadamente homens e mulheres, enquanto para eles houve uma pequena queda na porcentagem de desempregados, diminuindo de 6,92%, em 2001, para 6,53%, em 2009; para elas cresceu de 11,35% para 12,03%, valores que chegam próximo ao dobro do encontrado para os homens.

Um fator importante para o crescimento da taxa de desemprego feminina é o contínuo aumento da PEA feminina, visto que o desemprego entre as mulheres toma dimensões maiores devido às discriminações sofridas por elas no mercado de trabalho. Com isso, a taxa de desemprego feminina apresenta índices maiores devido às dificuldades encontradas para conseguir um emprego. Essas elevadas taxas de desemprego mostram como as diferenças por gênero ainda continuam significativas (GALEAZZI et al., 2003; BRUSCHINI, 2007; LEONE e BALTAR, 2008).

Tabela 3 – Taxa de desemprego aberto (%) – Nordeste

Taxa de desemprego	1992	1999	2001	2009
Homens	5,23	6,63	6,92	6,53
Mulheres	7,60	9,93	11,35	12,03
Total	6,17	7,99	8,73	8,86

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad (1992, 1999, 2001 e 2009)

Para tratar dos dados referentes à ocupação dos trabalhadores, a Tabela 4 apresenta a posição na ocupação de homens e mulheres. Aqui, destacam-se três grupos importantes. O primeiro refere-se aos empregados e trabalhadores domésticos, o maior grupo tanto entre os homens quanto entre as mulheres, no entanto, enquanto a PO masculina apresentou queda do número de empregados entre 92 e 99 e aumento entre 01 e 09, a PO feminina cresceu nos dois períodos. Em relação aos trabalhadores domésticos, destaca-se a superior porcentagem dessa categoria na PO feminina em face da PO masculina.

O segundo agrupamento trata dos trabalhadores por conta própria e empregadores. Ao passo que a proporção desses trabalhadores cresceu entre os homens de 92 a 99 e diminuiu de 01 a 09, entre as mulheres decresceu nos dois períodos. O diferencial aqui também entre os gêneros, é que esse grupo de trabalhadores corresponde ao segundo maior grupo na PO masculina em todos os anos selecionados, já entre as mulheres, esse grupo passou a ser o segundo maior apenas em 09, sendo nos anos selecionados anteriores o terceiro maior.

De acordo com Cacciamali (2000), no Brasil, devido à abertura econômica do início da década de 90 e consequente reestruturação produtiva e quedas nas ocupações do setor industrial, as pessoas passam a buscar trabalhos por conta própria. Entretanto, conforme os dados da tabela 3, essa situação só é vista no Nordeste apenas para os homens, pois entre as mulheres, a porcentagem de

empregadas continuou crescente na década de 90 e se reduziu o número de trabalhadoras por conta própria. Já nos anos 2000, período de reestruturação do mercado de trabalho brasileiro, observa-se crescimento dos empregados homens e mulheres e redução de trabalhadores por conta própria para ambos os sexos.

Tabela 4 – Posição na ocupação (%) – Nordeste

	1992	1999	2001	2009
Homens	11.336.256	12.262.172	12.465.709	14.414.337
Empregados (1)	46,30	43,24	48,84	54,16
Trabalhadores domésticos (2)	0,56	0,67	0,83	0,82
(1) + (2)	46,86	43,91	49,67	54,98
Conta própria (3)	32,30	35,23	33,85	28,81
Empregadores (4)	3,41	3,67	3,63	4,08
(3) + (4)	35,71	38,90	37,48	32,89
Trab. na prod. p/ o próprio consumo ¹ (5)	2,07	2,41	3,13	5,97
Trab. na construção p/ o próprio uso ² (6)	0,33	0,18	0,21	0,14
Não remunerados ³ (7)	15,04	14,59	11,15	6,02
(5) + (6) + (7)	17,44	17,18	14,49	12,13
Mulheres	7.270.253	8.296.215	8.227.560	9.952.303
Empregados (1)	32,84	33,68	36,71	42,29
Trabalhadores domésticos (2)	12,78	12,91	15,10	16,45
(1) + (2)	45,62	46,59	51,81	58,74
Conta própria (3)	21,42	20,13	20,24	19,14
Empregadores (4)	0,86	1,25	1,50	1,80

¹ **Trabalhador na produção para o próprio consumo** - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar (IBGE, 2012).

² **Trabalhador na construção para o próprio uso** - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar (IBGE, 2012).

³ Engloba as categorias:

Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador (IBGE, 2012).

Outro trabalhador não remunerado - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo (IBGE, 2012).

(3) + (4)	22,28	21,38	21,74	20,94
Trab. na prod. p/ o próprio consumo (5)	12,39	11,80	10,90	10,45
Trab. na construção p/ o próprio uso (6)	0,11	0,03	0,04	0,04
Não remunerados (7)	19,60	20,20	15,50	9,82
(5) + (6) + (7)	32,10	32,03	26,44	20,31
Total	18.606.509	20.558.387	20.693.269	24.366.640

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad (1992, 1999, 2001 e 2009)

O último grupo aborda os trabalhadores não remunerados, trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso. A proporção desses trabalhadores na PO masculina e feminina segue em declínio, porém, com valores superiores para as mulheres em relação aos homens em todos os anos. Entre as mulheres, esse grupo também foi maior que o grupo dos trabalhadores por conta própria e empregadores durante os três primeiros anos selecionados, invertendo essa situação apenas em 09, conforme já citado no parágrafo anterior.

Ao se observar separadamente os empregados, conforme mostra a tabela 5, nota-se uma queda no número de trabalhadores com carteira assinada de ambos os sexos durante a década de 90 e posterior recuperação nos anos 2000, todavia, os dados apontam que entre as mulheres a queda no número de trabalhadores com carteira nos anos 90 foi mais significativo, caindo de 42,87% para 37,02%, ao passo que na PO masculina a mudança foi de 38,13% para 37,12%; e nos anos 2000 enquanto o crescimento foi de 38,49% para 41,42%, entre os homens saltou de 37,73% para 45,31%.

A parcela Outros, da qual fazem parte os trabalhadores que não possuem carteira assinada, aumentou para as mulheres, entre 92 e 99, passando de 34,87% da PO feminina para 38,69%, enquanto que entre os homens permaneceu praticamente inalterada em torno de 54%, contudo, entre 01 e 09, o componente Outros diminuiu para homens e mulheres.

De acordo com Baltar e Dedecca (1997), o crescimento das ocupações informais é devido à falta de empregos no setor moderno e organizado da economia, e também, resultante das políticas adotadas na década de 90 que desarticularam o trabalho assalariado do país.

Conforme já destacado anteriormente para a taxa de desemprego, esses resultados para os empregados apontam para as discriminações sofridas pelas mulheres no mercado de trabalho. Essas mudanças mais prejudiciais à força de trabalho feminina indicam que os diferenciais por gênero ainda continuam significativos.

Tabela 5 – Nordeste: Trabalhadores empregados (%)

	1992	1999	2001	2009
Homens	5.248.994	5.302.512	5.990.179	7.807.148
Com carteira de trabalho assinada	38,13	37,12	37,73	45,31
Militares e func. públ. estatutários	7,76	8,78	8,43	8,85
Outros	54,01	54,09	53,84	45,85
Mulheres	2.387.412	2.794.390	3.020.696	4.208.762
Com carteira de trabalho assinada	42,87	37,02	38,49	41,42
Militares e func. públ. estatutários	22,13	24,29	22,42	23,36
Outros	34,87	38,69	39,09	35,22
Total	7.636.406	8.096.902	9.010.875	12.015.910

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad (1992, 1999, 2001 e 2009)

Por fim, a categoria de militares e funcionários públicos estatutários mostra uma maior proporção de mulheres no total da PO feminina que os homens na PO masculina, uma vez que a porcentagem de mulheres nessa categoria está em torno de 23% e os homens em torno de 8%. De acordo com Souza (2011), nos serviços públicos, as mulheres encontram maiores oportunidades de estabelecer equilíbrio com os homens, não apenas em relação às remunerações e as condições gerais de trabalho, mas também por encontrar maiores possibilidades de ascender na carreira.

Na Tabela 6, os dados referentes aos trabalhadores domésticos também são avaliados separadamente. Um ponto a se destacar aqui é que o número total de mulheres nessa categoria é bastante superior ao número de homens. Outro ponto importante diz respeito à porcentagem de trabalhadores sem carteira assinada que segue em queda durante os anos selecionados, porém, a grande maioria ainda não possui carteira de trabalho assinada, sobretudo na PO feminina que apresentou 86,23% de mulheres sem registro em 2009.

Com os dados referentes aos trabalhadores domésticos e empregados, nota-se o contraste que marca o mercado de trabalho feminino, pois ainda que seja crescente o número de trabalhadoras com carteira assinada e em cargos públicos, também é grande o número de trabalhadoras para consumo/uso próprio, trabalhadoras não remuneradas e que não possuem carteira de trabalho assinada, principalmente entre os trabalhadores domésticos. Visto que essas ocupações são marcadas pela precarização e piores condições de trabalho. De acordo com

Ramos (2007), os empregos gerados no setor informal banalizam os vínculos empregatícios e são de baixa qualidade e remuneração.

Tabela 6 – Trabalhadores domésticos (%) – Nordeste

	1992	1999	2001	2009
Homens	63.115	82.572	101.304	118.057
Com carteira de trabalho assinada	22,83	26,00	31,67	32,80
Sem carteira de trabalho assinada	77,17	73,38	68,33	67,20
Mulheres	929.098	1.070.650	1.242.397	1.637.319
Com carteira de trabalho assinada	6,81	12,89	14,45	13,77
Sem carteira de trabalho assinada	93,01	87,11	85,55	86,23
Total	992.213	1.153.222	1.343.701	1.755.376

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad (1992, 1999, 2001 e 2009)

Segundo Castel (1998), os empregos marcados pela precarização da força de trabalho apresentam maior vulnerabilidade a variações na demanda de mão-de-obra e por serem sem qualificação, recebem salários mais baixos e têm menor cobertura dos direitos sociais.

Em relação à idade dos trabalhadores do Nordeste, a tabela 7 exibe a que faixa etária pertence os trabalhadores homens e mulheres. Pode-se observar uma queda no trabalho infantil, visto que os trabalhadores de 10 a 17 anos de ambos os sexos vêm diminuindo sua participação do total das ocupações, especialmente quando se trata das mulheres. Logo, com a redução dos trabalhadores mais novos há uma maior proporção de trabalhadores maiores de idade, ficando a maioria na faixa que vai dos 20 aos 39 anos, e ainda, em todos os anos selecionados a proporção feminina nessa faixa etária foi superior quando comparada com os dados dos homens. Já quando se observa os trabalhadores acima de 59 anos, é maior a proporção de homens ocupados nessa faixa etária em relação à proporção de mulheres na PO feminina.

No que diz respeito à redução do trabalho infantil, desde a década de 90 vêm sendo realizados estudos para combater o trabalho infantil no Brasil. Dentre as iniciativas mais importantes do governo brasileiro encontram-se a participação do Brasil no Programa Internacional para Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC) desde 1992; a mudança da Constituição, em 1988, determinando 16 anos como idade mínima para entrar no mercado de trabalho e 14 anos se for na condição de aprendiz; e a ratificação das Convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) 182 e 138, de 2000 e 2002, respectivamente, que dão mais sustentação ao combate e eliminação do trabalho infantil no Brasil (Barros e Mendonça, 2009; OIT Brasil 2010).

Tabela 7 – Nordeste: Composição da força-de-trabalho, segundo faixa etária e sexo (%)

	1992	1999	2001	2009
Homens	11.336.256	12.262.172	12.465.709	14.414.337
10 a 17 anos	17,60	14,51	11,70	7,36
10 a 14 anos	9,34	7,40	5,44	2,91
15 a 17 anos	8,26	7,11	6,26	4,45
18 ou 19 anos	5,56	5,60	5,17	3,81
20 a 39 anos	45,41	46,07	48,58	49,70
20 a 29 anos	25,42	24,77	25,96	26,29
30 a 39 anos	19,99	21,30	22,62	23,41
40 a 49 anos	14,40	15,45	16,15	18,90
50 a 59 anos	9,01	10,21	10,54	12,03
60 anos ou mais	7,99	8,16	7,86	8,20
Mulheres	7.270.253	8.296.215	8.227.560	9.952.303
10 a 17 anos	13,90	10,51	8,48	4,74
10 a 14 anos	6,84	5,14	3,92	1,69
15 a 17 anos	7,06	5,37	4,56	3,05
18 ou 19 anos	4,75	4,32	4,09	3,14
20 a 39 anos	47,89	48,80	50,51	51,30
20 a 29 anos	25,25	23,95	25,41	25,50
30 a 39 anos	22,64	24,85	25,10	25,80
40 a 49 anos	16,55	18,69	19,01	21,63
50 a 59 anos	10,10	11,23	11,44	12,80
60 anos ou mais	6,79	6,45	6,46	6,39
Total	18.606.509	20.558.387	20.693.269	24.366.640

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad (1992, 1999, 2001 e 2009)

Por fim, a iniciativa mais importante foi a criação, em 2000, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que tem como objetivo retirar toda criança e adolescente com idade entre 7 e 14 anos, dos trabalhos que os coloquem em situação de risco para a saúde e segurança e possibilitar que essas crianças e jovens não só tenham acesso à escola, mas também que tenham permanência e bom desempenho, além de desenvolver atividades extraclasse ligadas à cultura, esporte, artes e lazer – jornada ampliada. O programa não só se restringe aos mais novos, também fornece apoio e orientação para as famílias através da oferta de ações sócio-educativas. O PETI fornece uma bolsa mensal para cada filho que tenha entre 7 e 14 anos e esteja na situação de trabalho já descrita anteriormente, priorizando as famílias que apresentem renda per capita de até meio salário mínimo. Assim, a família recebe a bolsa quando apresenta filhos nessas condições e, em contrapartida, as crianças devem ser retiradas do

trabalho, frequentar as aulas e a jornada ampliada; as famílias devem participar das atividades socioeducativas e dos programas de qualificação profissional e de geração de emprego e renda oferecidos pelo PETI. Deste modo, a importância desse programa não está só em erradicar o trabalho infantil, mas também oferecer iniciativas para a inclusão e o desenvolvimento social das famílias (MTE, 2010). Em dezembro de 2005 o PETI foi integrado ao Programa Bolsa Família, com a finalidade de racionalizar a administração dos dois programas, mas sem perder a especificidade e o foco de cada um (MDS, 2010).

O outro ponto destacado em relação à idade dos trabalhadores é a crescente participação de trabalhadores pertencentes aos grupos de maior faixa etária, sobretudo para a população feminina. De acordo com Hoffmann e Leone (2004), a partir da década de 90, a força de trabalho brasileira vai se tornando mais adulta e com uma maior participação de mulheres.

Segundo Bruschini (2007), enquanto na década de 70 a maioria das trabalhadoras era de jovens, solteiras e sem filhos; em 2005, a maior parte era casada, com filhos e mais velhas. Resultados das mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas já citadas anteriormente.

A tabela 8 exibe o grau de escolaridade das POs masculina e feminina no Nordeste. É possível notar que em todos os anos selecionados a proporção de mulheres com mais anos de estudos no total das ocupações femininas é superior à porcentagem de homens nas ocupações masculinas. Ainda que venha ocorrendo durante todo o período uma redução nas quantidades de pessoas com menor nível de escolaridade e consequente aumento das pessoas com mais tempo de estudo, o destaque é para as mulheres. Enquanto os homens apresentaram uma mudança de 38,24% para 17,83%, entre 92 e 09, de indivíduos que não possuíam instrução ou menos de um ano estudo, para as mulheres a variação foi de 30,69%, em 92, para 11,98%, em 09. Considerando os trabalhadores com 11 anos ou mais de estudo, a diferença entre os gêneros é ainda mais significativa. Enquanto a PO masculina passou de 9,61%, em 92, para 26,72%, em 09; a PO feminina passou de 16,71%, em 92, para 41,07%, em 09.

Tabela 8 – Nordeste; Grau de escolaridade (%) da população ocupada

	1992	1999	2001	2009
Homens	11.336.256	12.262.172	12.465.709	14.414.337
Sem instrução e menos de 1 ano	38,24	29,00	26,76	17,83
1 a 3 anos	24,51	24,99	22,44	15,36
4 a 7 anos	20,35	24,57	25,83	25,61
8 a 10 anos	7,03	8,83	10,08	14,28
11 anos ou mais	9,61	12,29	18,01	26,72
11 a 14 anos	7,57	9,73	11,75	22,33
15 anos ou mais	2,04	2,56	6,26	4,39
Mulheres	7.270.253	8.296.215	8.227.560	9.952.303
Sem instrução e menos de 1 ano	30,69	22,06	19,62	11,98
1 a 3 anos	23,16	21,17	17,81	10,64
4 a 7 anos	21,80	24,58	24,72	21,81
8 a 10 anos	7,33	9,69	11,48	14,19
11 anos ou mais	16,71	22,21	25,90	41,07
11 a 14 anos	12,87	17,73	20,61	31,99
15 anos ou mais	3,84	4,48	5,29	9,08
Total	18.606.509	20.558.387	20.693.269	24.366.640

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad (1992, 1999, 2001 e 2009)

Com os dados das tabelas 7 e 8 – faixa etária e grau de escolaridade – pôde-se notar uma maior participação de trabalhadores mais velhos e mais instruídos, sendo esses resultados mais notáveis quando se observa os dados referentes à população feminina. Bruschini e Lombardi (2002) já destacavam esse crescimento das trabalhadoras mais velhas e mais instruídas no Brasil nos anos 90 e, portanto, com os dados referentes ao Nordeste, percebe-se que essa tendência não só permanece, mas que também se intensifica nos anos 2000.

Mesmo com mudanças nas últimas décadas que contribuíram para amparar os trabalhadores, os dados da tabela 9 mostram que ainda é baixa a quantidade de ocupados que contribuem para a Previdência Social. Entretanto, ao se observar os dados PO feminina, é possível ver que nos períodos 92-99 e 01-09 a porcentagem de contribuintes cresceu, sendo inferior aos homens apenas em 92, já para os homens, a proporção de contribuintes decresceu entre 92-99 voltando a crescer no período 01-09.

Tabela 9 – Contribuintes para a Previdência Social (%) – Nordeste

	1992	1999	2001	2009
Homens	24,61	23,72	26,64	35,55
Mulheres	23,46	25,89	29,34	36,77

Elaboração própria a partir de dados da Pnad (1992, 1999, 2001 e 2009)

Quando se observa a quantidade de horas trabalhadas por semana (tabela 10), percebe-se que nos dois períodos, 92-99 e 01-09, houve uma queda no percentual de ocupados que trabalhavam 45 horas por semana ou mais, prevalecendo em todos os anos selecionados essa parcela da porcentagem da PO feminina inferior a PO masculina. Assim, tanto entre 92 e 99, quanto de 01 a 09, cresceu a porcentagem de ocupados que trabalhavam até 44 horas; em 2009, essa parcela correspondia a 80,20% da PO feminina e 66,70% da PO masculina.

Tabela 10 – Horas trabalhadas por semana (%) – Nordeste

	1992	1999	2001	2009
Homens	11.336.256	12.262.172	12.465.709	14.414.337
Até 44	58,70	63,52	60,71	66,70
Até 14	2,42	3,77	4,03	4,16
15 a 39	22,50	27,94	23,42	25,91
40 a 44	33,78	31,81	33,26	36,63
45 ou mais	41,24	36,44	39,21	33,30
45 a 48	21,16	18,54	19,11	16,12
49 ou mais	20,08	17,90	20,10	17,18
Mulheres	7.270.253	8.296.215	8.227.560	9.952.303
Até 44	77,69	78,98	77,63	80,20
Até 14	13,76	15,88	15,09	13,81
15 a 39	44,04	43,76	39,85	39,32
40 a 44	19,89	19,34	22,69	27,07
45 ou mais	22,26	20,99	22,35	19,81
45 a 48	9,04	8,85	9,76	9,51
49 ou mais	13,22	12,14	12,59	10,30
Total	18.606.509	20.558.387	20.693.269	24.366.640

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad (1992, 1999, 2001 e 2009)

É importante mencionar aqui, que essas horas de trabalho se referem ao tempo empregado na atividade econômica e que, muitas vezes, as mulheres se deparam

com dupla jornada de trabalho, visto que ainda continuam responsáveis pelos serviços domésticos.

Para tratar dos diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres, a tabela 11 apresenta o rendimento mensal médio para os trabalhadores do Nordeste. É possível ver que embora os homens tenham uma renda superior às mulheres em todos os anos, tem havido uma tendência à equidade, visto que, em 92, os homens ganhavam na média R\$ 379 a mais que as mulheres, valor que passou para R\$ 270, em 99; já nos anos 2000, passou de R\$ 223, em 01, e R\$ 193, em 09.

Tabela 11 – Rendimento mensal médio (em Reais de 2009)⁴ – Nordeste

	1992	1999	2001	2009
Homens	848	697	645	699
Mulheres	469	427	422	506
Total	700	587	555	620

Elaboração própria a partir de dados da Pnad (1992, 1999, 2001 e 2009)

Em suma, foram apresentados alguns indicadores referentes ao mercado de trabalho no Nordeste destacando a força de trabalho feminina vis-à-vis à força de trabalho masculina. Pôde-se perceber resultados positivos para as mulheres em determinados segmentos, como a redução de trabalhadoras não remuneradas, redução do trabalho infantil, maiores níveis de escolaridade e maior parcela de mulheres com jornadas de trabalho inferiores a 44 horas. Porém, a conquista de bons empregos por parte das mulheres não elimina as trabalhadoras de atividades precárias e informais, como a crescente porcentagem de trabalhadoras domésticas, sobretudo sem carteira assinada e rendimentos menores do que os homens.

CONCLUSÃO

Partindo da questão do crescimento da força de trabalho feminina no mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas, porém acompanhado também de segregação ocupacional e discriminação nas relações laborais, esse estudo buscou abordar as características da PO feminina vis-à-vis à PO masculina, na região Nordeste nos anos 90 e 2000.

Conforme já destacado por Bruschini (2007), a participação da mulher no mercado de trabalho é marcada por progressos e atrasos, e para a região Nordeste, conforme os dados apresentados, é possível conferir essa situação de opostos.

⁴ Valores deflacionados pelo IGP-DI.

Primeiramente, nos dois subperíodos considerados – 91 a 99 e 01 a 09 – houve um crescimento da PEA feminina, entretanto, pode-se apontar a manutenção do percentual de mulheres na PO total nas duas décadas observadas em torno de 40%. Deste modo, em todo o período a taxa de desemprego entre as mulheres apresentou valores elevados e, em 2009, estava em torno de 12% da PEA feminina.

Além da alta taxa de desemprego, outros indicadores apontam resultados desfavoráveis para as trabalhadoras do Nordeste, como o crescimento das trabalhadoras domésticas, visto que essas ocupações são marcadas pela precarização, uma vez que cerca de 90% não possuem carteira de trabalho assinada; baixo percentual de contribuintes para a previdência social, ainda que crescente durante o período; e rendimento médio inferior aos homens, embora também esteja diminuindo essa diferença.

Por outro lado, tem diminuído o número de trabalhadoras não remuneradas; há um percentual significativo de mulheres nos serviços públicos; e uma maior participação de mulheres no mercado de trabalho com maior nível de instrução.

Por fim, nota-se também que tem aumentado o percentual de mulheres mais velhas na PO feminina, e nos dois subperíodos analisados cresceu a participação de mulheres com menores jornadas de trabalho.

Deste modo, visto o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, apresentando resultados positivos em certos indicadores, ainda há muito que avançar para diminuir os diferenciais entre homens e mulheres nas relações laborais. Pois melhorando as condições de inserção e participação das mulheres nas atividades econômicas, através de serviços remunerados e decentes, se permitirá o aumento da renda e conseqüente melhoria no padrão de vida de muitas famílias.

REFERÊNCIAS

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; DEDECCA, Claudio Salvadori. Mercado de Trabalho e Informalidade nos Anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65-84, 1997.

BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Trabalho infantil no Brasil: rumo à erradicação. **Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, Rio de Janeiro, n.41, novembro de 2009.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. especial, p. 179-199, 2º sem. 1994.

_____. 1998. **Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** Disponível na internet via <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Bruschini.pdf>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2012.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; LOMBARDI, Maria Rosa. 1996. **O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa.** Disponível na internet via <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1996/T96V1A24.pdf>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2012.

_____. 2002. **Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas.** Disponível na internet via <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/mulher/2002/artigo5.pdf>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2012.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, p. 153-174, jun. 2000.

CAMBOTA, Jacqueline Nogueira; PONTES, Paulo Araújo. Desigualdade de rendimentos por gênero intra-ocupações no Brasil, em 2004. **Revista de Economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 331-350, maio/ago. 2007.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

GALEAZZI, Irene M. S.; GARCIA, Lúcia; DRIEMEIER, Maria Munhoz; DE TONI, Miriam; KRELING, Norma Hermínia; FOLLADOR, Patrícia. 2003. **Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam as desigualdades.** Disponível na internet via <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/mulher/2003/artigo1.pdf>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2012.

GARCIA, Lucia dos Santos; CONFORTO, Ecléia. 2005. **A inserção feminina no mercado de trabalho urbano brasileiro e renda familiar.** Disponível na internet via <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h7-03.pdf>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2012.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugenia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 35-38, maio/ago. 2004.

IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. 2012. Disponível na internet via <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/brasil_notas_tecnicas.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2012.

IETS – **INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE**. 2012. Disponível na internet via <http://www.iets.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=94>. Acesso em 02 de fevereiro de 2012.

LEONE, Eugenia Troncoso. 2000. **Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90**. Disponível na internet via <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1711&tp=a>. Acesso em 12 de fevereiro de 2012.

LEONE, Eugenia Troncoso; BALTAR, Paulo. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 233-249, jul./dez. 2008.

LEWIN, Helena. Educação e força de trabalho feminina no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 32, p. 45-49, fev. 1980.

MDS – **MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DE COMBATE À FOME**. 2010. Disponível na internet via <http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas/media-complexidade/peti/integracao-peti-e-bolsa-familia>. Acesso em 21 de julho de 2010.

MTE – **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**. 2010. Disponível na internet via <http://www.mte.gov.br/delegacias/sp/sp_prog_peti.asp>. Acesso em 21 de julho de 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – BRASIL. 2010. Disponível na internet via <http://www.oitbrasil.org.br/prgatv/in_focus/ipec/errad_trabin.php>. Acesso em 20 de julho de 2010.

OLIVEIRA, André Ribeiro de; GAIO, Luiz Eduardo; BONACIM, Carlos Alberto Grespan. Relações de gênero e ascensão feminina no ambiente organizacional: um ensaio teórico. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 2, n. 1, p. 80-97, jan./abr. 2009.

PNAD. 1992, 1999, 2001 e 2009. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Disponível na internet via <<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2012.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RAMOS, Lauro. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007 (texto para discussão n. 1255).

ROSADO, Ana Paula Nery; TAVARES, Vivian Oliveira; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; SILVA, Ambrozina de Abreu Pereira; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. Disparidades de gênero nas relações de trabalho no Brasil nos anos de 2007 e 2008. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 22, n. 2, p. 233-257, 2011.

Contato com o autor: neto_siq@msn.com, ivantargino@bol.com.br

Recebido em: 24/07/2012

Aprovado em: 28/12/2012